



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública (FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

Bacharelado em Ciências Contábeis

LEONARDO MATHEUS FRANCO AKKARI

**RELAÇÃO ENTRE IDADE, CONHECIMENTO FINANCEIRO E
ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL.**

Brasília, DF, abril de 2022.

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio de Carvalho
**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de
Políticas Públicas**

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professora Doutora Fernanda Fernandes Rodrigues
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Doutor José Lúcio Tozetti Fernandes
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno
Leonardo Matheus Franco Akkari

RELAÇÃO ENTRE IDADE, CONHECIMENTO FINANCEIRO E ENDIVIDAMENTO
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília, como requisito a conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e para a obtenção do Grau em Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.^a Ducineli Régis Botelho

Linha de Pesquisa: Educação Financeira

Brasília, DF, abril de 2022.

Akkari, Leonardo Matheus Franco

Relação entre idade, conhecimento financeiro e endividamento dos servidores públicos do Distrito Federal. Brasília, DF. 2022.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Graduação) – Universidade de Brasília (UnB) – Faculdade de Economia, Administração, Ciências Contábeis e Gestão de Políticas Públicas – FACE. 2º Semestre de 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Ducineli Régis Botelho.

1. Educação Financeira. 2. Conhecimento Financeiro. 3. Finanças Pessoais. 4. Endividamento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais João Khalil e Marinei Franco, que me conduziram até aqui e por oferecer, apoio, amor e por acreditar, fortalecer e fornecer todos os meios necessários para trilhar esse caminho.

À minha namorada Maira Gabriella, aos meus irmãos João Filho e Sâmara Caroline e a um amigo muito especial Igor Guevara que me acompanharam e apoiaram até o fim desta jornada.

Gratidão a todos os servidores da Universidade de Brasília, que de alguma forma me incentivaram até o fim deste ciclo, à professora Dra. Ducineli Régis Botelho pela mentoria, por me acompanhar e auxiliar nesse processo.

Por fim, agradeço a Deus pela oportunidade, por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante a realização deste trabalho.

RESUMO

Essa pesquisa se propôs a analisar a relação entre o nível de conhecimento financeiro, a idade e o grau de endividamento de servidores públicos residentes no Distrito Federal. Classificou-se este estudo como descritivo, de abordagem quantitativa. O instrumento de coleta de dados foi desenvolvido por Silva *et al.* (2020) e adaptado para a realidade dos servidores públicos no Distrito Federal. O instrumento foi dividido em quatro partes: a) termo de consentimento livre e esclarecido, b) características demográficas, c) orçamento familiar e d) conhecimento financeiro. A amostra foi composta de 201 respondentes, sendo todos servidores públicos residentes no Distrito Federal. Os resultados permitiram inferir que o nível de conhecimento financeiro afeta o endividamento dos servidores públicos residentes no Distrito Federal. Também foi possível analisar que o nível de conhecimento financeiro diminui conforme a idade aumenta.

Palavras-chave: Educação Financeira. Conhecimento Financeiro. Finanças Pessoais. Endividamento.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Relação entre conhecimento financeiro (y) e idade (x)

18

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Endividamento dos servidores públicos do DF

14

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modalidade de Crédito Pessoa Física	08
Quadro 2 - % do total de endividados	09
Quadro 3 - Procedimentos metodológicos da pesquisa	12

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Contextualização	1
1.2 Problematização	2
1.3 Objetivo Geral	3
1.4 Delimitação da pesquisa	3
1.5 Justificativa	4
2. REFERENCIAL TEÓRICO	6
2.1 Conhecimento Financeiro	6
2.2 Endividamento	7
2.3 Estudos sobre conhecimento financeiro e endividamento.	9
3. METODOLOGIA	12
4. ANÁLISE DE RESULTADOS	14
5. CONCLUSÃO	20
REFERÊNCIAS	22

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A maior parte da sociedade apresenta desconhecimento para encarar momentos de crise e desemprego, problemas na aquisição de bens e serviços e na administração de suas dívidas, gerando endividamento pessoal e familiar. Alguns fatores são considerados os maiores indícios que levam os indivíduos ao endividamento: a) desemprego; b) incentivo ao crédito; e a) a falta de educação financeira (MACEDO, 2007).

O desemprego é um fator bastante pesquisado devido à sua relevância para a economia do país, pois o encolhimento das taxas de empregados desencadeiam outras dificuldades para a sociedade. Os problemas vão desde o acréscimo do índice de criminalidade, pobreza e números de desabrigados ao aumento da taxa de mortalidade. O governo, desta forma, gasta mais com seguro desemprego, por exemplo. custo de oportunidade da renda que os desempregados geram para a economia do país se eles tivessem um salário e estivessem consumindo bens e serviços. No nível micro, o desemprego leva, em muitos casos, a problemas de estresse, depressão e baixa autoestima (ARAÚJO; ANTIGO, 2013). Atualmente, no Brasil, a taxa de desemprego está em 11,2%. Em setembro de 2020, agravado pelo pico da pandemia da COVID-19, o Brasil teve o maior índice de desemprego em setembro de 2020, o qual chegou a 14,9% (BACEN, 2020).

Sobre o incentivo ao crédito, em pesquisa realizada entre 2017 e 2020, houve uma elevação do percentual da população que tem acesso ao crédito (de 44% para 49%). Para a população de baixa renda (com renda máxima de R \$1.500,00), os produtos cartão de crédito à vista e cartão de crédito parcelado são os mais vendidos pelas instituições financeiras. Já para a população de alta renda, a modalidade de crédito rural é a modalidade de crédito com maior representatividade (BACEN, 2021).

O Relatório da Cidadania Financeira mostra que a evolução do crédito foi notável. Ao final de 2020, a população de baixa renda tinha um saldo de crédito financiado de R\$258 bilhões. Já a população de média renda (com salários variando entre R \$1.500,00 e R \$5.200,00), o saldo foi de R\$94 bilhões. Por fim, o crédito disponibilizado para a população de alta renda foi de, aproximadamente, 1 trilhão de reais (4 vezes maior que o saldo de crédito para baixa renda). A disponibilidade maior de crédito também acarretou em aumento de

endividamento para a classe média e alta, saindo de 54,91% para 60,42% (entre 2018 e 2020). Enquanto isso, a população de baixa renda experimentou uma pequena queda no nível de endividamento (BACEN, 2021).

Apesar dos dados sugerirem uma piora nas dívidas contraídas pela população brasileira, ainda não faz parte do cotidiano (da maioria das pessoas) buscar informações que as auxiliem na gestão de suas finanças. Não há uma cultura coletiva, ou seja, uma preocupação da sociedade em torno do tema (SOUZA, 2015). No ambiente escolar (e até acadêmico) pouco, ou nada, é falado sobre o assunto. Diante disso, a educação financeira afeta as pessoas pela falta de aprendizado da população (SOUZA, 2015).

1.2 Problematização

O endividamento afeta o dia a dia das pessoas que, por falta de conhecimento, acabam não tomando a melhor decisão financeira na hora de consumir. Na aquisição de produtos de crédito, quando se trata do consumo em excesso, poucas pessoas têm noções de como planejar suas finanças, ocasionando endividamento (SILVA, 2020). O endividamento pode trazer consequências emocionais como: nervosismo, irritabilidade, impaciência, medo e apreensão (CARVALHO, SOUSA; FUENTES, 2017).

O crescimento da oferta de crédito - causada pela expansão dos prazos de pagamento e o baixo custo dos financiamentos - tem incentivado as pessoas a consumirem mais, resultando em níveis de endividamento mais elevados (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009).

Em relação às pessoas físicas, deixar atrasar contas e fontes de créditos assumidos (tais como cartão de crédito, cheque especial, crédito consignado, crédito imobiliário, hipotecas, capital de giro, entre outros, causa uma situação de inadimplência. Ainda sobre pessoas físicas, aquelas que possuem vínculo empregatício no setor público, possuem maior acesso na aquisição de crédito bancário. Isto acarreta em um nível alto de endividamento e de inadimplência, comprometendo, entre outros aspectos, a renda, a produtividade e o bem estar (SOUZA, 2015). A educação financeira - ligada com políticas públicas de proteção ao consumidor, regulamentação dos empréstimos e do funcionamento dos bancos, financeiras e comércio - é um modelo fundamental para reduzir o problema do endividamento (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009). Um maior conhecimento sobre finanças pessoais está relacionado a um menor endividamento (fato constatado ao se analisar uma amostra de

servidores da Universidade Federal do Ceará) (SILVA; SILVA; FERREIRA; CASTRO, 2020).

De acordo com a PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), a partir de valores obtidos no quarto trimestre de 2020, o Distrito Federal possui a maior renda per capita do país, com o valor nominal mensal de R\$2.475,00. Além disso, o DF é o segundo estado com maior concentração de servidores públicos, atrás apenas de Tocantins (IBGE, 2020).

Como a idade e o conhecimento financeiro interferem no endividamento dos servidores públicos do DF?

1.3 Objetivo Geral

O objetivo geral da pesquisa é analisar a relação entre o nível de conhecimento financeiro, a idade e o grau de endividamento de servidores públicos do Distrito Federal.

1.4 Delimitação da pesquisa

A palavra "competência" tem um significado muito usado pelo entendimento comum, por citar alguém qualificado para executar alguma atividade (FLEURY; FLEURY, 2001). Competência, no ponto de vista adaptado, é compreendida como união de conhecimentos, habilidades e atitudes, manifestada pela performance do profissional em um contexto ou determinada estratégia organizacional (BRANDÃO; BAHRY, 2005).

A partir desta definição, entende-se que o conhecimento financeiro (ou finanças pessoais) é uma competência, pois não condiz apenas com o conhecimento, mas sua aplicação (demonstrada em comportamentos, habilidades e atitudes) na gestão financeira individual e familiar. Esta delimitação condiz com Grifoni e Messi (2012), os quais afirmam que conhecimentos, competências, habilidades e conceitos econômicos são necessários para as atividades econômicas mais comum empreendidas, habitualmente pelos agentes que interagem em economias de mercado (GRIFONI; MESSI, 2012).

Uma medida importante que mostra a capacidade das pessoas de tomar decisões financeiras é o seu nível de conhecimento financeiro. O conhecimento financeiro pode ser entendido como um processo de aprendizagem que engloba todas as etapas de decisão e gestão de fatores e questões relacionadas ao dinheiro, a fim de atingir objetivos (OLIVIERI, 2013). A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) define educação financeira não apenas como o conhecimento e compreensão dos conceitos e riscos financeiros, mas também as habilidades, motivação e confiança para aplicar tal conhecimento e compreensão a fim de tomar decisões em uma variedade de contextos financeiros, para melhorar o bem-estar financeiro dos indivíduos e da sociedade (OCDE, 2018). Em média, cerca de um terço da população global tem familiaridade com os conceitos básicos que fundamentam as decisões financeiras cotidianas (LUSARDI; MITCHELL, 2011).

A coleta de dados da pesquisa foi orientada a partir do questionário do estudo de como as finanças pessoais está relacionada a um menor nível de endividamento, ao se analisar uma amostra de servidores da Universidade Federal do Ceará (SILVA; SILVA; FERREIRA; CASTRO, 2020). Com pequenos ajustes relativos aos dados sócio-demográficos para contemplar a realidade dos servidores do Distrito Federal.

A coleta de dados é fundamentada no teste sobre o endividamento dos servidores públicos e um detalhamento dos produtos mais utilizados pelos mesmos como cartão de crédito, financiamento de veículo, financiamento imobiliário, crédito pessoal e crédito consignado e como esses produtos afetam cada funcionário. A amostragem da pesquisa ocorreu por questionário respondido pelos servidores públicos residentes no Distrito Federal, divulgado por canais digitais.

1.5 Justificativa

A educação financeira deve ser priorizada e iniciada o mais cedo possível para adquirir uma relação saudável com o dinheiro e assim conquistar a independência econômica e ter consciência de que lidar com o dinheiro é uma situação utilizada no dia-a-dia (STHELING; ARAUJO, 2008). Indivíduos que têm um conhecimento superior em educação financeira tendem a ter a maior possibilidade de renda e menor endividamento (KLAPPER; LUSARDI; PANOS, 2012). Por intermédio da educação financeira as pessoas melhoram seu entendimento sobre os produtos financeiros, e os seus riscos, desenvolvendo habilidades e a confiança necessária para a tomada de decisão segura, e melhorando o seu bem estar (POTRICH; VIEIRA; SILVA, 2016).

O estudo das finanças pessoais colabora para que as pessoas consigam exercer sua cidadania em um mundo capitalista. A educação financeira contempla hábitos de poupar dinheiro e de compreender como funcionam as aplicações financeiras. Estes comportamentos podem ser a diferença para uma vida financeiramente saudável ou não (BRANCO, 2015).

A educação financeira não é apenas “aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro”. Significa também entender e se preparar para ter qualidade de vida, tanto no presente quanto no futuro, com um patrimônio financeiro adequado para viver em uma situação confortável e a possibilidade de possuir recursos para possíveis contratemplos e no mesmo tempo, fazer com que os indivíduos reflitam sobre as atitudes necessárias para se alcançar uma situação financeira equilibrada (MATIAS, 2018).

As consequências positivas de ser financeiramente alfabetizado são ocasionadas pelo comportamento, tais como o planejamento de despesas e a criação da segurança financeira. De outra forma, alguns acontecimentos, tais como o uso excessivo de crédito, podem diminuir o bem estar financeiro. Já os comportamentos financeiros são estabelecidos através de crenças econômicas e não econômicas possuídas por um tomador de decisão sobre o resultado de um determinado comportamento e são, portanto, um fator-chave no processo de tomada de decisão pessoal (AKTHINSON; MESSY, 2012).

O mercado financeiro vem se tornando cada vez mais praticável aos investidores menores, de modo que os novos produtos financeiros se amplificam como serviços alternativos como empréstimos, penhores e financiamentos estão se tornando mais apresentados e as mudanças no cenário previdenciário aumenta cada vez mais a necessidade de poupança e investimento para trabalhadores (LUSARDI; MITCHELL, 2013).

A pesquisa realizada com os servidores públicos do Distrito Federal agrega tanto para a sociedade quanto para a ciência. A mesma se propõe a demonstrar como, na maior renda per capita do Brasil (IBGE, 2020), os servidores lidam com o problema de endividamento (SOUZA, 2015) e como a educação financeira pode auxiliar cada um a reduzir esta condição. Também espera-se a possibilidade de sugestão de políticas públicas a partir dos resultados da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conhecimento Financeiro

A educação financeira pode ser considerada como sendo uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para tomar decisões financeiras e, finalmente, alcançar o bem-estar financeiro individual (OCDE, 2013). Já a compreensão financeira é a habilidade de processar informações econômicas e tomar decisões informadas sobre planejamento financeiro, acumulação de riqueza e dívidas (LUSARDI; MITCHEL, 2014).

A educação financeira é uma prevenção que possibilita que os indivíduos tenham capacidade de entender e organizar suas finanças pessoais de maneira satisfatória durante o decorrer de sua vida e, com isso, evitar endividar-se (ANDERLONI; VANDONE, 2010). A educação financeira também pode ser entendida como um método que auxilia no processo de tomada de decisões e no gerenciamento das finanças pessoais, sendo importante na integração dos indivíduos na sociedade e para a melhora do relacionamento das pessoas com o sistema financeiro (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

É importante destacar que o conhecimento matemático referente às operações financeiras, assim como dos conceitos e definições dos produtos financeiros, são essenciais para auxiliar os cidadãos a tomarem boas decisões. Considerar de forma objetiva o custo de diferentes modalidades de empréstimos, ajuda na escolha da alternativa mais favorável ao tomador. Assim, o conhecimento técnico e matemático influenciará a decisão de consumo de produtos financeiros e de consumo de forma geral (CARVALHO; CARLO, 2015).

Para que ocorra decisões financeiras adequadas sem realizar gastos excessivos, necessita-se de conhecimento básico sobre as práticas financeiras existentes, mitigando possíveis erros que possam levá-lo ao endividamento (PICCINI; PINZETTA, 2014).

Pessoas com conhecimento financeiro têm maior capacidade de gerência e maior compreensão da importância do dinheiro e de sua utilização. O entendimento de educação financeira é importante para qualquer pessoa que queira buscar melhores formas de usar o seu dinheiro. A educação financeira é fundamental na vida diária dos indivíduos (NORMAN, 2010). A educação financeira afeta de forma direta o endividamento de toda população. Pessoas que não fazem o planejamento financeiro mensal e não têm entendimento sobre taxas de juros, normalmente gastam mais do que ganham e endividam-se, afetando a vida financeira e emocional, além da sua família (KRÜGER, 2014).

A educação financeira é fundamental para o desenvolvimento financeiro das pessoas, a mesma tem impacto direto na vida de cada um. Um nível de educação financeira adequado auxilia cada um na organização do orçamento familiar fazendo com que tenha uma redução nas dívidas, um aumento do valor guardado, disponível para investimentos e até uma preparação para a vida de cada um dentro do lar, como planejamento de cursos, viagens e aposentadoria (KRÜGER, 2014).

A demanda de propagar o conhecimento em educação financeira está no aumento contínuo que o índice de endividamentos pessoal e familiar vem mostrando, o modo possível de diminuir esse acontecimento é pela capacitação financeira das pessoas a partir da educação, seja em sala de aula, seja em espaços públicos, com parcerias entre instituições privadas, organismos nacionais e internacionais e a sociedade como um conjunto (OPLETALOVÁ, 2015). Entende-se que a educação financeira (ou conhecimento financeiro) é uma competência essencial na diminuição do endividamento individual e familiar. Dito isto, é relevante abordar aspectos essenciais do termo endividamento.

2.2 Endividamento

A palavra crédito se resume a concessão de um valor ou quantia no presente por meio de uma promessa de pagamento no futuro, sendo esse prazo estabelecido devido a um acordo entre as partes (ANDRADE *et al.*, 2018).

Consumidores costumam tomar providências sobre compras, pagamentos e gestão de recursos financeiros. Estas decisões impactam, diretamente, em sua qualidade de vida. Poupar pouco para a aposentadoria, gastar demais, não pagar contas no prazo e arrepende-se das compras são erros com consequências individuais e sociais, cometidos por indivíduos pouco informados (LYNCH, 2011). Estas ações podem desencadear em dívidas, as dívidas são fatores que determinam o endividamento de uma pessoa (CAMPARA; VIEIRA; CERETTA, 2016).

A falta de conhecimento financeiro e o mau uso dos seus recursos deixa os consumidores sujeitos a crises financeiras mais complicadas, dependendo do número de habitantes endividados em uma comunidade, as operações de mercado e as forças competitivas são capazes de ficar comprometidas por causa da ineficiência dos consumidores em administrar seu dinheiro (SOUZA, 2015). É fato que o endividamento é afetado por

diversos fatores como a falta de educação financeira, juros abusivos e que a realidade social também tem que ser levado em consideração devido a falta de conhecimento, renda, idade e localização.

O mau uso dos recursos financeiros auxilia no aumento do endividamento das pessoas físicas ou jurídicas, esse problema se não for resolvido pode formar uma bola de neve de dívidas complicando cada vez mais a solução para as pessoas. É compreendido, como o processo de assumir ou contrair dívidas resultando em um saldo devedor assumido por determinado indivíduo, como consequência de uma ou mais dívidas, as quais são geradas a partir da utilização de capital de terceiros para fins de consumo (PICCINI; PINZETTA, 2014).

A Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) realizou uma pesquisa sobre o endividamento e inadimplência do consumidor no qual constatou que no ano de 2021 teve um aumento recorde no total de habitantes endividados, levando em conta as modalidades do cartão de crédito, cheque especial, cheque pré datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro e financiamento de imóvel, cerca de 70,9% das famílias Brasileiras. Às famílias endividadas em 2016 correspondia em 60,2%, já as famílias que estão com as contas em atraso em 2016 correspondeu em 24,2% e em 2021 teve um aumento para 25,2% e as famílias que não tem condição de pagar as dívidas em atraso em 2016 era de 9,2% e em 2021 ficou em 10,5 (CNC, 2021). O Quadro 1 detalha as modalidades de crédito acessíveis às pessoas físicas.

Quadro 1 - Modalidade de Crédito Pessoa Física

PRODUTO	O QUE É?
CARTÃO DE CRÉDITO	O cartão de crédito é um instrumento que permite que você pague compras e serviços sem precisar gastar seu dinheiro no instante imediato da compra ou da contratação.
CHEQUE ESPECIAL	É uma operação de crédito, a exemplo do empréstimo, mas que é pré-aprovada e vinculada a uma conta de depósitos à vista. Tem o objetivo de cobrir movimentações financeiras quando não há mais saldo disponível na conta.
CHEQUE PRÉ DATADO	O cheque pré datado é uma ordem de pagamento à prazo, ou seja, é um documento por meio do qual o cliente ordena que o banco retire dinheiro de sua conta de acordo com a data do cheque e pague a pessoa nele indicada
CRÉDITO CONSIGNADO	Empréstimo consignado é uma operação de crédito (empréstimo pessoal) cujo pagamento é descontado diretamente, em parcelas mensais fixas, da folha de pagamento ou do benefício previdenciário do contratante.
CRÉDITO PESSOAL	O crédito pessoal é um contrato entre o cliente e uma instituição financeira (banco, cooperativa de crédito, caixa econômica) pelo qual o cliente recebe uma quantia em dinheiro que deverá ser devolvida em prazo determinado.

	acrescida dos juros acertados
CARNÊS	É um arranjo de pagamento instituído pelo Banco Central e regulamentado pela Circular nº 3.598, de 2012. O boleto permite que você possa adquirir um produto ou serviço sem precisar ter conta em banco, bem como fazer depósito ou aportes em contas de depósitos ou em contas de pagamento pré-paga.
FINANCIAMENTO DE CARRO	Financiamento de carro é um contrato entre o cliente e uma instituição financeira para a aquisição de veículo, que funcionam como garantia para o crédito concedido
FINANCIAMENTO DE IMÓVEL	Financiamento de imóvel é um contrato entre o cliente e uma instituição financeira para a aquisição de imóvel, que funcionam como garantia para o crédito concedido.

Fonte: Banco Central do Brasil (2021)

Conforme apresentado no Quadro 2, a pesquisa também apresenta a porcentagem do total de endividados desde 2016 (CNC, 2021).

Quadro 2 - % do total de endividados

Tipo de Dívida	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Cartão de Crédito	77,1%	76,7%	76,9%	78,7%	78,0%	82,6%
Carnês	15,4%	15,7%	15,4%	15,3%	16,8%	18,1%
Financiamento de Carro	11,2%	10,2%	10,5%	9,9%	10,7%	11,6%
Financiamento de Imóvel	7,9%	8,2%	8,7%	8,7%	9,5%	9,1%
Crédito Pessoal	10,3%	10,3%	9,4%	8,2%	8,5%	9,0%
Crédito Consignado	5,4%	5,6%	5,6%	5,5%	6,6%	6,5%
Cheque especial	7,2%	6,7%	5,8%	5,9%	5,9%	5,6%
Cheque pré-datado	1,7%	1,4%	1,1%	1,1%	0,9%	1,0%

Fonte: PEIC/CNC (2021) adaptado

A dívida que é o grande vilão dos brasileiros é a do cartão de crédito. A grande diferença pode ser dada pela facilidade de se obter cartões de crédito hoje e com o aumento dos bancos digitais (CNC, 2021).

2.3 Estudos sobre conhecimento financeiro e endividamento.

O conhecimento em educação financeira influencia na condição de diminuir os níveis de endividamento, não há exclusão da possibilidade de contrair dívidas de risco de outras formas, uma vez que inúmeros fatores, além do conhecimento financeiro, podem influenciar o endividamento (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009). Estudo realizado com propósito de analisar a importância da educação financeira, apontou que ela é essencial para a gestão das finanças pessoais além de avaliar positivamente o costume de poupança e possibilitar o

acesso dos investidores às modalidades de investimento, salienta também o grande nível de consumo e endividamento das famílias Brasileiras mostrando o quanto o acesso a educação financeira é importante (WISNIEWSKI; 2011).

Em diversos países independente, tanto os países com economias mais desenvolvidas como ainda nas economias em desenvolvimento a alfabetização financeira dos indivíduos é baixa. (LUSARDI; MITCHELL, 2013)

A pesquisa realizada com os servidores da Universidade Federal do Ceará cruzando as variáveis de educação financeira e endividamento mostrou que quanto maior a educação financeira, quanto mais satisfatório, menor será o endividamento a partir dos indivíduos que não possuem dívidas e dos que estão pouco endividados. O resultado mostra que quanto maior o conhecimento em finanças pessoais, menores serão os índices de endividamento (SILVA; SILVA; FERREIRA; CASTRO, 2020). A partir dos resultados destes estudos, entende-se que:

Hipótese 1: Quanto maior o nível de conhecimento financeiro, menor o nível de endividamento.

Em pesquisa realizada por Pires (2014), concluiu-se que o grupo de consumidores até 29 anos apresentava menor nível de endividamento entre os consumidores de baixa renda, quanto os mais ricos o maior endividamento está na faixa etária de 30 a 39 anos. Os maiores volumes de endividamento familiar, verificou-se que ocorreram nas idades acima de 59 anos para pessoas com menor volume de renda e na faixa etária de 40 a 49 anos para os mais ricos (PIRES, 2014).

Adultos têm a tendência a ser mais alfabetizados financeiramente do que “jovens adultos” e idosos. A relação entre idade e o nível de alfabetização financeira de um indivíduo é importante pois, em cada momento da vida, se faz necessário uma forma de aplicação diferente em questões financeiras (ATKINSON; MESSY, 2012). Pesquisas também apontam que a alfabetização financeira tem a tendência de ser maior entre os adultos no meio de seu ciclo de vida e, na maioria dos casos, é menor entre os jovens e os idosos (AGARWAL; DRISCOLL; GABAIX; LAIBSON, 2009). A partir destes estudos que a alfabetização financeira é menor entre os jovens, infere-se que:

Hipótese 2: Quanto maior a idade, maior o conhecimento financeiro.

A partir destas hipóteses de pesquisas, foram elaborados os procedimentos metodológicos do estudo.

3. METODOLOGIA

3.1 Perfil da amostra

O presente estudo é classificado como descritivo, com abordagem quantitativa, possuindo como instrumento o uso de escalas, números e índices (FLICK, 2012). O objetivo é analisar a relação entre o nível de conhecimento financeiro, a idade e o grau de endividamento de servidores públicos do Distrito Federal. O Quadro 3 exhibe os procedimentos metodológicos do estudo.

Quadro 3 - Procedimentos metodológicos da pesquisa

Abordagem	Instrumento	Amostragem	Amostra	Análise
Quantitativa	Questionário de endividamento de servidores públicos (SILVA; SILVA; FERREIRA; CASTRO, 2020),	Não probabilística por acessibilidade.	Servidores Públicos do Distrito federal	Estatística descritiva e inferencial (Regressão Linear)

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Neste estudo foi utilizado o instrumento desenvolvido por Silva *et al.* (2020). Este instrumento (Apêndice A) foi adaptado para a realidade dos servidores públicos no Distrito Federal, sendo realizados ajustes nas questões de qualificação da amostra. A primeira parte do questionário foi composta pelo termo de consentimento livre e esclarecido. Já a segunda parte apresenta itens sobre as características demográficas dos participantes, como idade, escolaridade, gênero, renda mensal, especificação do órgão e pergunta sobre os gastos. A terceira parte do instrumento de pesquisa aborda perguntas sobre orçamento familiar. Foi utilizado análise de regressão linear pelo método de entrada para a segunda hipótese. Por fim, o questionário apresentava cinco perguntas sobre educação financeira, a fim de medir o conhecimento financeiro dos participantes. As perguntas 17, 18, 19, 20 e 21 correspondiam ao índice de conhecimento financeiro. Aferiu-se um ponto para cada resposta correta. O somatório destes itens (de valor máximo 5) resultou no “índice de conhecimento financeiro” adotado na pesquisa. Um índice acima de 3 foi considerado mediano. Valores acima de 4 foram considerados altos.

A amostra da pesquisa foi composta por servidores públicos, federais ou distritais residentes no Distrito Federal. O instrumento foi disponibilizado por meio eletrônico (*Google Forms*) por canais digitais. O questionário ficou aberto para resposta do dia 09 de março de 2022 ao dia 29 de março de 2022, com 201 respostas válidas. A amostra foi composta por

101 pessoas do sexo feminino e 100 pessoas do sexo masculino com média de idade de (colocar a média e o desvio padrão)

Sobre a escolaridade dos participantes, 18 (8,95%) possuíam o ensino médio completo e 183 (91,05%) possuíam ensino superior completo. Quanto ao cargo que ocupavam, 93 servidores (46,26%) ocupavam cargos de nível médio e 108 (53,74%) de nível superior. Sobre o nível do órgão em que os respondentes trabalham 46,77% eram servidores de órgãos públicos do DF e 53,23% servidores de órgãos públicos federais.

Sobre a renda, 30 (14,93%) pessoas recebem até R\$4.000,00 reais, 33 (16,41%) pessoas recebem de R\$ 4.000,01 reais até R\$ 6.000,00 reais, 42 (20,89%) pessoas recebem de R\$ 6.000,01 até R\$ 8.000,00 reais, 33 (16,41%) recebem de R\$ 8.000,01 até R\$ 10.000,00 e 63 (31,34%) pessoas recebem acima de R\$ 10.000,01. Apenas 32,33% dos participantes afirmaram nunca exceder os gastos mensais em relação à sua renda.

A análise de dados ocorreu por estatística descritiva (média e desvio padrão), além de regressão linear. Os resultados da pesquisa serão relatados a partir das hipóteses de pesquisa.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

A Tabela 1 demonstra os resultados das questões referentes ao endividamento dos servidores públicos residentes no DF. A nota média e o desvio padrão são referentes ao conhecimento financeiro dos servidores.

Tabela 1 - Endividamento dos servidores públicos do DF

Questão	Respostas	Índice de conhecimento financeiro		
		N	Média	Desvio Padrão
3- Escolaridade	Até o Ensino Médio	18	3.000	1,372
	Ensino Superior	183	3.393	1,208
7. Seus gastos mensais excedem sua renda?	Sim, sempre	38	2,789	1,234
	Às vezes	98	3,412	1,240
	Não, nunca	65	3,615	1,114
8. Você costuma fazer algum tipo de planejamento financeiro? (seja ele mensal, semestral, anual, etc)?	Sim, sempre	90	3,589	1,090
	Às vezes	79	3.308	1,220
	Não	32	2,844	1,462
9. Qual o percentual da sua renda pessoal que você destina para Despesas Gerais (alimentação, água, luz, telefone, moradia, plano de saúde, etc.)?	1% - 20%	35	2,971	1,403
	21% - 40%	67	3,373	1,253
	41% - 60%	52	3,519	1,093
	61% - 80%	37	3,541	1,043
	81% - 100%	10	3,100	1,524
10. Qual o percentual da sua renda pessoal que você destina para Despesas Pessoais (lazer, vestuário, etc.)?	1% - 20%	158	3,316	1,221
	21% - 40%	34	3,588	1,209
	41% - 60%	5	3,200	1,643
	61% - 80%	4	3,250	1,258
	81% - 100%	0	0,000	0,000
11. Qual o percentual da sua renda pessoal que você destina para Poupança e Investimento?	1% - 20%	181	3,326	1,215
	21% - 40%	18	3,556	1,338
	41% - 60%	2	4,500	0,707
	61% - 80%	0	0,000	0,000
	81% - 100%	0	0,000	0,000
12. Qual o percentual da sua renda pessoal que você destina para Financiamento e prestações para aquisição de bens?	1% - 20%	165	3,455	1,145
	21% - 40%	27	3,074	1,385
	41% - 60%	7	2,571	1,902
	61% - 80%	2	2,000	1,414
	81% - 100%	0	0,000	0,000

13. Qual o percentual que você utiliza como complemento do orçamento familiar (se o seu rendimento não é a principal fonte de renda, mas ainda assim ajuda em casa)?	1% - 20%	169	3,367	1,237
	21% - 40%	11	2,818	1,079
	41% - 60%	7	3,571	1,397
	61% - 80%	5	3,200	0,837
	81% - 100%	9	3,778	1,202
14. Você tem algum tipo de dívida (empréstimos, financiamentos, rotativo do cartão)?	Sim, tenho , mas não sei bem quando nem como irei pagá-las	9	1,556	1,014
	Sim, tenho , mas trata-se de financiamento de longo prazo, cuja prestação eu sempre procuro pagar em dia	95	3,389	1,205
	Sim, mas vou pagá-las em pouco tempo. Já que tomei o cuidado de calcular na ponta do lápis como e quando iria quitá-las.	39	3,333	1,132
	Não tenho dívidas pessoais. Sempre faço o planejamento necessário para comprar à vista e com desconto.	58	3.603	1,138
15. Como você se sente a respeito dos seus conhecimentos para gerenciar seu próprio dinheiro?	Nada seguro – Eu gostaria de possuir um nível muito melhor de educação financeira	31	2,806	1,250
	Não muito seguro – Eu gostaria de saber um pouco mais sobre finanças	43	3,116	1,276
	Razoavelmente seguro – Eu conheço a maioria das coisas que eu precisaria saber sobre o assunto	101	3,574	1,203
	Muito seguro – Eu possuo conhecimentos bastante amplos sobre finanças	26	3.577	0,945
16.1 Onde você adquiriu a maior parte dos seus conhecimentos para gerir o seu dinheiro? Preencha as lacunas por ordem decrescente de importância (1- mais importante, 2- importância média-alta, 3- importância média, 4- importância baixa...) Em casa com a família.	Baixa importância	45	3,511	1,121
	Média importância	64	3,109	1,370
	Média-alta importância	44	3,545	1,044
	Alta importância	48	3,375	1,248
16.2 Onde você adquiriu a maior parte dos seus conhecimentos para gerir o seu dinheiro? Preencha as lacunas por ordem decrescente de importância (1- mais importante, 2- importância média-alta, 3- importância média, 4- importância baixa...) De conversa com os amigos	Baixa importância	59	3,339	1,154
	Média importância	79	3,367	1,283
	Média-alta importância	47	3,553	1,194
	Alta importância	16	2,813	1,223
16.3 Onde você adquiriu a maior parte dos seus conhecimentos para gerir o seu dinheiro? Preencha as lacunas por	Baixa importância	58	3,310	1,188

ordem decrescente de importância (1- mais importante, 2- importância média-alta, 3- importância média, 4- importância baixa...) De revistas, livros, TVs e Rádio	Média importância	63	3,365	1,235
	Média-alta importância	48	3,438	1,236
	Alta importância	32	3,313	1,306
16.4 Onde você adquiriu a maior parte dos seus conhecimentos para gerir o seu dinheiro? Preencha as lacunas por ordem decrescente de importância (1- mais importante, 2- importância média-alta, 3- importância média, 4- importância baixa...) De minha experiência prática	Baixa importância	11	3,455	1,508
	Média importância	46	3,087	1,314
	Média-alta importância	65	3,385	1,271
	Alta importância	79	3,481	1,084

Fonte: Elaborado pela autor (2022)

Os servidores públicos que afirmam nunca exceder seus gastos mensais em relação à sua renda, apresentam maior conhecimento financeiro ($M = 3,615$; $DP = 1,114$) do que os servidores que sempre ($M = 2,789$; $DP = 1,234$), ou às vezes ($M = 3,412$; $DP = 1,240$), gastam mais do que a renda mensal. Ou seja, há indícios de que servidores menos endividados possuem maior conhecimento financeiro.

Sobre o planejamento financeiro, servidores que não o fazem ($M = 2,844$; $DP = 1,492$) possuem menor conhecimento financeiro do que servidores que afirmam possuir um planejamento deste tipo ($M = 3,589$; $DP = 1,090$). Ou seja, é possível inferir que, para esta amostra, servidores que possuem um planejamento financeiro apresentam maior conhecimento financeiro, em comparação com os servidores que não fazem esta análise.

Em relação ao percentual que os servidores destinam a contas do orçamento familiar, as despesas gerais (alimentação, água, luz, telefone, moradia, plano de saúde, etc.) servidores que reservam 1% até 20% ($M = 2,971$; $DP = 1,403$) tem o menor nível de conhecimento financeiro, isso pode ser explicado pelo fato dessas pessoas reservarem um valor maior para despesas com pagamento de empréstimos, 41% até 60% do seus recursos mensais ($M = 3,519$; $DP = 1,093$) tem um nível de conhecimento financeiro maior.

Com relação à renda pessoal que reservam para despesas pessoais (lazer, vestuário e etc.) os servidores que disponibilizam 41% até 60% ($M = 3,200$; $DP = 1,643$) e 61% até 80% ($M = 3,250$; $DP = 1,258$) possuem um nível de conhecimento financeiro menor do que os servidores que utilizam 1% até 20% ($M = 3,316$; $DP = 1,221$) e 21% até 40% ($M = 3,588$; $DP = 1,209$).

Sobre o percentual da sua renda pessoal que destinam para poupança e investimento, os servidores que possuem maior conhecimento financeiro são os que disponibilizam de 41% até 60% ($M = 4,500$; $DP = 0,707$) em relação aos que disponibilizaram um valor menor 1% até

20% (M= 3,326; DP= 1,215) e 21% até 40% (M= 3,556; DP= 1,338). Ou seja, pode se deduzir que os servidores com um nível de conhecimento financeiro maior eles destinam uma porcentagem maior do seu orçamento pessoal para poupança e investimentos.

A décima segunda pergunta apresenta, o quanto os servidores utilizam de sua renda para financiamentos e prestações para aquisição de bem, possuem um nível menor de conhecimento financeiro aqueles que dispõem um valor maior no orçamento mensal, de 61% até 80% (M= 2,000; DP= 1,414), 41% até 60% (M= 2,571; DP= 1,902), 1% até 20% (M= 3,455; DP= 1,145) e 21% até 40% (M= 3,074; DP= 1,385), ou seja, há indícios de que os servidores que utilizam de um recurso maior para pagamento de financiamentos e prestações têm um nível de conhecimento financeiro menor.

Acerca do percentual que os servidores utilizam como complemento do orçamento familiar (se o seu rendimento não é a principal fonte de renda, mas ainda assim ajuda em casa), os servidores com menor nível de conhecimento financeiro responderam que descontam cerca de 21% até 40% (M=2,818; DP= 1,079) e os que tem o maior nível de conhecimento financeiro 81% até 100% (M= 3,778; DP= 1,202).

No questionário de Filho, Silva e Levino (2020) o autor fez uma comparação do nível de conhecimento financeiro e poupança, os respondentes que possuem um nível de conhecimento financeiro ruim ou péssimo poupam menos de 25% dos seus rendimentos mensais, os que afirmaram possuir um nível de conhecimento financeiro regular poupam até 50%, os que afirmam ter um conhecimento financeiro bom ou ótimo foram os únicos que chegam a poupar até mais de 50%. Na mesma pesquisa a maior parte dos respondentes poupa sempre entre 10% e 25% e depois logo depois menos de 10% dos rendimentos mensais.

A décima quarta pergunta expõe, de forma clara, o endividamento dos servidores. Aqueles que afirmam não saber como pagar suas dívidas (M = 1,556; DP = 1,014) apresentam índice financeiro muito menor que os servidores que não possuem dívidas (M = 3,603; DP = 1,138).

Em relação, aos servidores do DF que não possuem segurança em relação aos conhecimentos financeiros (M = 2,806; DP = 1,205) apresentam menor índice financeiro que os servidores “muito seguros” (M = 3,577; DP = 0,945).

Na pesquisa de Potrich (2014), os participantes da pesquisa apresentaram um grau de conhecimento financeiro baixo, apresentando este como uma causa crítica, pois o conhecimento sobre taxa de juros, valor do dinheiro no tempo e investimentos são essenciais para tomada de decisões financeiras.

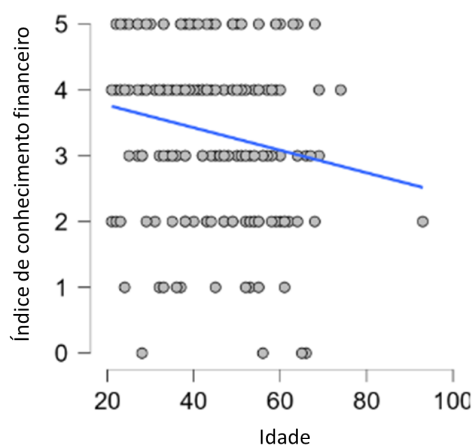
Por fim, a décima sexta pergunta apresenta a importância de onde os servidores adquiriram os seus conhecimentos financeiros, na alternativa de “Em casa com a família” quem respondeu de média-alta importância tem o maior conhecimento financeiro que os demais ($M= 3,454$; $DP= 1,044$). Em relação a mesma pergunta, a alternativa “De conversa com os amigos” quem respondeu de média-alta importância também obteve a maior média de conhecimento financeiro ($M= 3,553$; $DP= 1,194$). A alternativa “De revistas, livros, TVs e Rádio” quem respondeu de média-alta importância teve a maior média ($M= 3,438$; $DP= 1,236$). A última, foi perguntado em relação a “De minha experiência prática” a maior média de conhecimento financeiro foi os servidores que responderam de alta importância ($M= 3,481$; $DP= 1,084$).

Em pesquisa realizada com alunos, 82,27% dos participantes responderam que seus pais não são organizados financeiramente, o que pode explicar o perfil de inadimplência. (DIAS; SANTOS, 2020). A forma com que se aprende o conhecimento financeiro é de grande importância. Às pessoas que aprendem com a família tem o hábito de repetir os mesmos erros, os participantes que utilizam com experiência prática pode acontecer de aprender da pior forma, de certa forma, pode se endividar para aí buscar conhecimentos como livros, revistas, artigos e etc.

Inferese-se, portanto, que a hipótese 1 do estudo foi confirmada. Há indícios de menor endividamento aos servidores com maior conhecimento financeiro, em relação à renda, ao planejamento financeiro, dívidas e confiança no conhecimento que possuem.

A Figura 1 apresenta a relação entre as variáveis idade e conhecimento, as quais foram avaliadas na hipótese 2 do estudo.

Figura 1 - Relação entre conhecimento financeiro (y) e idade (x)



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A hipótese 2 foi estatisticamente significativa [$F(1,199) = 6,637, p = 0,011, R^2 = 0,032$]. Ou seja, a idade explica o conhecimento financeiro dos participantes da pesquisa. Esta relação possui variância explicada de 3,2%. Contudo, apesar de estatisticamente significativa, a hipótese apresentou sentido inverso ao hipoteticamente teorizado. Ou seja, foi constatado que quanto menor a idade, maior o conhecimento financeiro dos servidores públicos desta amostra.

O estudo de Silva, Neto e Araújo (2017) realizou um cruzamento entre nível de educação financeira e idade dos servidores públicos e verificou que quanto maior a idade, menor o nível de educação financeira, portanto os servidores com idade maior tem uma dificuldade maior em controlar suas finanças.

Algumas inferências podem explicar este resultado, como o fato da educação financeira estar mais presente no cotidiano atual do que antigamente. Ter um alcance maior nas mídias e redes sociais, sobre a importância da educação financeira e como ela afeta pode afetar cada um. A facilidade de aquisição de cursos e o acesso ao conhecimento, com isso os jovens estão procurando começar a vida financeira dos mesmos mais cedo e com a facilidade de acesso ao crédito nos dias atuais, os mesmos estão buscando se especializar para não ter dificuldades com a vida financeira.

5. CONCLUSÃO

O conhecimento financeiro é um assunto de grande importância econômica e social, as finanças pessoais auxilia no hábito de poupança, o acesso a outras modalidades de investimento e para a redução do endividamento. Com a chegada de novos bancos e fintechs no Brasil, o acesso ao crédito tende a ficar mais fácil a cada dia, o que pode ser um risco se não utilizado de forma consciente.

A fim de descrever a relação entre a idade, o conhecimento financeiro e o endividamento que afeta o estado com maior renda per capita do Brasil, o estudo atingiu o objetivo de compreender que o nível de conhecimento financeiro afeta o endividamento dos servidores públicos residentes no Distrito Federal e que o nível de conhecimento financeiro é menor com os servidores mais velhos.

A amostra foi composta por 201 servidores federais e distritais residentes no Distrito Federal, de acordo com o questionário aplicado, os respondentes que obtiveram uma média menor de conhecimento financeiro tem um nível de endividamento maior, o que pode ser explicado pelos mesmos não realizar um planejamento financeiro mensal, não saberem sobre o valor do dinheiro no tempo, taxas de juros e na maioria das vezes tendo seu salário comprometido com dívidas, afetando o orçamento mensal do servidor. Em relação ao nível de idade, os servidores mais novos mostraram que têm um domínio maior de conhecimento financeiro, o que pode ser explicado pela facilidade no qual hoje encontram cursos de educação financeira e por ser um assunto que atualmente é mais discutido do que antigamente.

Ambas as hipóteses de pesquisa foram validadas, sendo que a segunda hipótese teve sentido oposto ao teorizado. Na primeira hipótese, foram obtidos indícios de validade sobre a relação entre conhecimento financeiro e endividamento dos servidores, o que explica que as pessoas que têm um nível de entendimento maior sabem o que fazer com seus recursos e se organizar no seu planejamento financeiro mensal. O conhecimento financeiro é maior para os servidores menos endividados. Na segunda hipótese, observou-se que os servidores mais jovens possuem maior conhecimento financeiro, contrariando a hipótese inicialmente formulada de que quanto maior a idade, maior o conhecimento financeiro. Pode-se concluir que os jovens que estão entrando no serviço público estão mudando a cultura que os mais antigos possuíam em relação aos cuidados das duas finanças pessoais, ou seja, os mais novos têm buscado estudar mais sobre educação financeira e estão conseguindo ter um controle melhor de suas finanças, buscando não somente evitar dívidas, mas também poupar e investir

recursos financeiros; pode observar que tal feito afeta positivamente os servidores no dia a dia, pois o nível de endividamento afeta indicadores de satisfação de qualidade de vida no trabalho e também o desempenho no trabalho (OLIVEIRA, 2015).

Pode-se atribuir como limitação de pesquisa a quantidade de respostas obtidas, as quais não permitem a generalização dos dados aos servidores do DF. Apesar do respaldo estatístico das análises realizadas, sugere-se o desenvolvimento de uma pesquisa probabilística. Outra limitação do estudo foi a impossibilidade de comparação dos resultados por órgão público. Talvez fosse interessante a análise de dados por setor de atuação (como educação, bancário ou legislativo) a fim de relacionar (ou identificar) necessidade de capacitação, em conhecimentos financeiros, por atuação profissional.

Como sugestão para pesquisas futuras, pode-se verificar a possibilidade de uma pesquisa qualitativa, com o intuito de triangular os dados da pesquisa. Outra sugestão é a realização de quase-experimentos de pesquisa, com a aplicação de cursos de finanças pessoais e a aferição (antes e após o curso) do índice de conhecimento financeiro. Este tipo de pesquisa, com o correto delineamento, pode sugerir políticas educacionais aos servidores públicos do DF, impactando no desempenho dos mesmos, já que o endividamento afeta os resultados no trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDERLONI, Luisa; VANDONE, Daniela. Risk of over-indebtedness and behavioural factors. In: **Risk tolerance in financial decision making**. Palgrave Macmillan, London, 2011. p. 113-132.

ANDRADE, Simone Ferreira Capriccio de et al. A inadimplência nas instituições particulares de ensino na cidade de Franca. **FACEF pesquisa**, v. 11, n. 1, p. 45-58, 2008.

ARAÚJO, João Paulo Faria de; ANTIGO, Mariangela Furlan. Desemprego e qualificação da mão de obra no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 20, n. 2, p. 308-335, 2016.

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Curso de administração financeira**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

ATKINSON, Adele; MESSY, Flore-Anne. Measuring financial literacy: **Results of the OECD/International Network on Financial Education (INFE) pilot study**. 2012.

BAJO, Emanuele; BARBI, Massimiliano. Financial illiteracy and mortgage refinancing decisions. **Journal of Banking & Finance**, v. 94, p. 279-296, 2018.

BELLOFATTO, Anthony; D'HONDT, Catherine; DE WINNE, Rudy. Subjective financial literacy and retail investors' behavior. **Journal of Banking & finance**, v. 92, p. 168-181, 2018.]

BRANCO. A. Matemática financeira aplicada. São Paulo: **Cengage Learning**. Ed nº 15, 2016.

BRANDÃO, Hugo Pena et al. Gestão de desempenho por competências: integrando a gestão por competências, o balanced scorecard e a avaliação 360 graus. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 5, p. 875-898, 2008.

BRANDÃO, Hugo Pena. Mapeamento de competências: métodos, técnicas e aplicações em gestão de pessoas. **São Paulo: Atlas**, 2012.

BRANDÃO, Hugo Pena; BAHRY, Carla Patricia. Gestão por competências: métodos e técnicas para mapeamento de competências. Revista do Serviço Público, v. 56, n. 2, p. 179-194, 2005.. 2005.

BRASIL, Banco Central do Brasil. **Relatório de cidadania financeira**, 2021..

BRASIL, Banco Central do Brasil. **Taxa de desemprego-desocupação**, 2020.

BRASIL. IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas da População 2020**.

CAMPARA, Jéssica Pulino; VIEIRA, Kelmara Mendes; CERETTA, Paulo Sergio. Entendendo a atitude ao endividamento: fatores comportamentais e variáveis socioeconômicas o determinam?. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 15, n. 1, p. 5-24, 2016.

CLAUDINO, Lucas Paravizo; NUNES, Murilo Barbosa; SILVA, FC da. Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. **Anais do SEMEAD-Seminários em Administração, São Paulo, SP, Brasil**, v. 12, 2009.

DA SILVA CARLO, Mônica Ingrid; DE CARVALHO, Flávio Leonel. Letramento Financeiro dos Estudantes Brasileiros: análise do PISA 2015. **Revista de Administração Unimep**, v. 19, n. 2, p. 1-23, 2021.

DA SILVA, Ana Karine Paulino et al. FINANÇAS PESSOAIS: um estudo da relação entre a educação financeira e o endividamento dos servidores da Universidade Federal do Ceará. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 11, n. 2, p. 3189-3213, 2020.

DA SILVA, Jucyara Gomes; NETO, Odilon Saturnino Silva; DA CUNHA ARAÚJO, Rebeca Cordeiro. Educação financeira de servidores públicos: hábitos de consumo, investimento e percepção de risco. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 5, n. 2, p. 104-120, 2017.

DIAS, Elton Pereira; DOS SANTOS, Marcelo. A importância da Educação Financeira nos conteúdos curriculares dos cursos. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 11, n. 2, p. 3167-3188, 2020.

DE CARVALHO, Helder Araujo; SOUSA, Felipe Gerhard Paula; FUENTES, Verónica Ligia Peñaloza. Representação social do endividamento individual. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 1, p. 100-115, 2017.

DE LIMA FILHO, Walter Araujo; DA SILVA, Camila Tavares Correia; DE ALMEIDA LEVINO, Natallya. Comportamento financeiro pessoal: uma análise dos docentes da Universidade Federal de Alagoas. **SINERGIA-Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, v. 24, n. 2, p. 23-36, 2020.

FONSECA, Raquel et al. What explains the gender gap in financial literacy? The role of household decision making. **Journal of Consumer Affairs**, v. 46, n. 1, p. 90-106, 2012.

FRANKENBERG, Louis. Guia prático para cuidar do seu orçamento: viva melhor sem dívidas. Campus, 2002.: Campus, 2002.

GERARDI, Kristopher. Financial literacy and subprime mortgage delinquency: Evidence from a survey matched to administrative data. Diane Publishing, 2010.

GRIFONI, Andrea; MESSY, Flore-Anne. **Current status of national strategies for financial education: A comparative analysis and relevant practices**. 2012.

JACINTO JUNIOR, L.; SILVA, S. S.; MOREIRA, T. V. (2011). **Os efeitos do empréstimo consignado para o servidor público municipal de Maringá. Faculdade Cidade Verde (FCV). Maringá-PR. pp.1-19.**

KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; PANOS, G. A. Alfabetização Financeira e Crise Financeira.

KRÜGER, FERNANDA. Avaliação da educação financeira no orçamento familiar. **Trabalho de conclusão de curso (TCC). Fundação Adolpho Bósio de Educação no Transporte (FABET). Faculdade de Tecnologia Pedro Rogério Garcia (FATTEP) Santa Catarina, 2014.**

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. The economic importance of financial literacy: Theory and evidence. Journal of economic literature, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014..

LUSARDI, Annamaria; TUFANO, Peter. Debt literacy, financial experiences, and overindebtedness. **Journal of Pension Economics & Finance**, v. 14, n. 4, p. 332-368, 2015.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELLI, Olivia S. Financial literacy and retirement preparedness: Evidence and implications for financial education. **Business economics**, v. 42, n. 1, p. 35-44, 2007.

LYNCH JR, John G. Introduction to the journal of marketing research special interdisciplinary issue on consumer financial decision making. **Journal of Marketing Research**, v. 48, n. SPL, p. Siv-Sviii, 2011

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell. A árvore do dinheiro: **Guia para cultivar a sua independência financeira.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

NORMAN, Adamson Sigalla. Importance of financial education in making informed decision on spending. **Journal of economics and International Finance**, v. 2, n. 10, p. 199-207, 2010.

OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico). OECD's Financial Education Project. Assessoria de Comunicação Social, 2005.

OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico). OECD's Financial Education Project. Assessoria de Comunicação Social, 2004). **Financial literacy and inclusion: Results of OECD/INFE survey across countries and by gender. OECD Centre, Paris, France**

OPLETALOVA, Alena. Financial education and financial literacy in the Czech education system. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 171, p. 1176-1184, 2015.

PICCINI, Ruberlan Alex Bilha; PINZETTA, Gilberto. Planejamento financeiro pessoal e familiar. **Unoesc & Ciência-ACSA**, v. 5, n. 1, p. 95-102, 2014.

PIRES, Vicente Chiaramonte. **Endividamento e inadimplência no Brasil: os efeitos da propensão ao risco e dos gastos com saúde**. 2014

POTRICH, Ani Caroline Grigion et al. **Alfabetização financeira: integrando conhecimento, atitude e comportamento financeiro**. 2014..

ROCHA, Ana Raquel; DA ROCHA, Ângela. Consumidores da base da pirâmide e as restrições ao lazer. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 6, n. 2, p. 1-13, 2012

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. **Revista de Administração pública**, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.

SILVA, Adriana Cristina et al. Qualidade de vida e endividamento. **Desafio Online**, v. 8, n. 2, 2020.

SILVA, DENILSON PEREIRA DA; LUSTOSA, Nadya Guedes Alves; SALES, Luís Carlos. **finanças pessoais e qvt: um estudo de caso com servidores de uma ies pública**. 2019.

SOUZA, Dinuarí da Rocha. **Endividamento do servidor público: uma análise econômica da situação na UnB**. 2015.

STEHLING, Priscilla; ARAÚJO, Meire. Alfabetização financeira: quanto mais cedo as crianças aprenderem a lidar com o dinheiro, mais cedo terão independência econômica. **Revista da Escola Adventista, São Paulo**, v. 1, p. 1-5, 2008.

SUMIT, Agarwal et al. The age of reason: financial decisions over the life-cycle with implications for regulation.(October 19, 2009). **Available at SSRN 973790**, 2009.

WISNIEWSKI, Marina Luiza Gaspar. A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro. **Revista Intersaberes**, v. 6, n. 11, p. 155-170, 2011.